



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE APORÉ/GO

CONTRATO nº 001/2022

OBJETO:

**CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM
CONTABILIDADE PÚBLICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE
APORÉ**

Volume 01



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

Exmo. Sr. DEMILSO ALVES DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Aporé/GO.

Nesta.

Assunto: Solicita autorização para contratação de Prestação de Serviços em Contabilidade Pública para a prestação de serviços técnicos especializados consistentes na elaboração e confecção de balancetes mensais de gestão do exercício financeiro de 2022, auxílio na alimentação dos sistemas CENTI e E-SOCIAL, perante o setor de Recursos Humanos de acordo com a Lei nº 4.320/64 e Instruções Normativas emanadas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Lei Complementar nº 101/00 e demais legislação aplicável à espécie, e atender às diligências e interposição de eventuais recursos diante das decisões do Tribunal de Contas dos Municípios referente ao exercício 2022.

Aporé/GO, 03 de janeiro de 2022.

Maria José Neves de Oliveira
Secretária Geral



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

DESPACHO

AUTORIZO na forma da Lei de regência, a Secretaria de Administração desta Casa de Leis, para que proceda aos atos necessários de contratação de Prestação de Serviços em Contabilidade Pública para a prestação de serviços técnicos especializados consistentes na elaboração e confecção de balancetes mensais de gestão do exercício financeiro de 2022, auxílio na alimentação dos sistemas CENTI e E-SOCIAL, perante o setor de Recursos Humanos de acordo com a Lei nº 4.320/64 e Instruções Normativas emanadas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Lei Complementar nº 101/00 e demais legislação aplicável à espécie, e atender às diligências e interposição de eventuais recursos diante das decisões do Tribunal de Contas dos Municípios referente ao exercício 2022.

Aporé/GO, 03 de janeiro de 2022.

DEMILSO ALVES DE SOUZA
Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

À

CÂMARA MUNICIPAL DE APORÉ-GO

Aporé-GO.

Ref.: proposta de contratação de Assessoria Contábil.

A Empresa **DENIR MARCELINO DE PAULA**, inscrito no CNPJ nº 30.567.331/001-79, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CRC GO 022678/O-0 T-MS, residente e domiciliado na Rua P20, s/n, QD 28, LT 18, no Bairro Planalto, na cidade de Chapadão do Sul/MS, CEP 79560-000, realiza a seguinte proposta de prestação de serviços à Câmara Municipal de Aporé/GO:

Para prestação de serviços técnico-especializados em Contabilidade Pública, na elaboração e confecção de balancetes mensais de gestão do exercício financeiro de 2022, auxílio na alimentação dos sistemas CENTI e E-SOCIAL, perante o setor de Recursos Humanos, de acordo com a Lei nº 4.320/64 e Instruções Normativas emanadas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Lei Complementar nº101/00 e demais legislação aplicável à espécie, e atender às diligências e interposição de eventuais recursos diante das decisões do Tribunal de Contas dos Municípios referente ao exercício 2022, PROPÕE O VALOR DE R\$93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais), de janeiro a dezembro de 2022, para pagamento em parcelas de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Aporé-GO, 03 de janeiro de 2022.

DENIR MARCELINO DE PAULA



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RAZÃO DA ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Câmara Municipal de Aporé-GO, necessita de contratação de serviços em Contabilidade Pública para a prestação de serviços técnicos especializados consistentes na elaboração e confecção de Balancetes mensais de gestão do exercício financeiro de 2022, auxílio na alimentação dos sistemas CENTI e E-SOCIAL, perante o setor de Recursos Humanos de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e Instruções Normativas emanadas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM-GO – Lei Complementar nº 101/00 e demais legislação aplicável à espécie, e atender às diligências e interposições de eventuais recursos diante das decisões do Tribunal de Contas de Municípios referente ao exercício de 2022.

De acordo com o entendimento lançado é possível a contratação através de declaração de inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que verificamos os requisitos ali consagrados.

Tendo em vista os valores praticados na região e em municípios de igual porte, a proposta apresentada pelo contador DENIR MARCELINO DE PAULA, está dentro da média profissional levando-se em consideração o grau de experiência e especialização na área de contabilidade pública que o mesmo possui, bem como, de que os serviços realizados são de Notória e Plena Confiança do Administrador da Coisa Pública. Além do mais, o referido profissional irá auxiliar o setor de recursos humanos afim de prestar todas as informações necessárias dos programas CENTI e E-SOCIAL que está sendo implantado no referente ano.

Por meio dos documentos juntados, verificou-se que o contador **DENIR MARCELINO DE PAULA**, pessoa jurídica devidamente registrada sob o CNPJ nº 30.567.331/0001-79 e o CRC GO 022678/O-0 T-MS, é profissional de notória capacidade na área de assessoria especializada em contabilidade pública; possui competência, experiência na área pública legislativa.

Depreende-se da documentação apresentada pelo profissional que tem experiência em contabilidade pública demonstrando ótimo desempenho, idoneidade e grande presteza no trato da coisa pública.



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

Considerando o aumento do objeto deste contrato e fazendo análise através de consulta de preço realizada por essa comissão, fica demonstrado que o valor a ser pago ao prestador de serviço é compatível com o cobrado pela média dos profissionais da área que possuem mesma capacidade, especialidade e experiência e prestam serviços de semelhante objeto.

Resta, portanto, justificada a escolha do prestador dos serviços e do preço a ser pago atendendo assim ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso II e III da Lei nº 8.666/93.

Aporé-GO, 03 de janeiro de 2022.

Sandra Maria da Silva – Presidente da CPL

Poliana Priscila Peres Silva – Membro

Luiz Felipe Coimbra - Membro



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

DESPACHO CPL

CONSIDERANDO o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal autorizando a Contratação de serviços técnico-profissionais especializados de Prestação de Serviços em Contabilidade Pública;

CONSIDERANDO a documentação do contador selecionado acostada ao feito e existentes nesta Casa de Leis, evidenciando a qualificação técnica do mesmo e adequação ao objeto a ser contratado;

CONSIDERANDO a inviabilidade de competição com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

CONSIDERANDO que a proposta de preços apresentada pelo contratado no valor mensal de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) e valor global de R\$93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais), está de acordo com o aumento do objeto e a realidade de mercado.

Esta comissão verifica a viabilidade de contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os demais requisitos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Comissão Permanente de Licitação, da Câmara Municipal de Aporé, Estado de Goiás, aos 03 dias do mês de janeiro de 2022.

Sandra Maria da Silva – Presidente da CPL

Poliana Priscila Peres Silva - Membro

Luiz Felipe Coimbra - Membro



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

PARECER JURÍDICO sobre contratação de serviços contábeis mediante inexigibilidade de licitação.

O Presidente da Câmara de APORÉ, Estado de Goiás, solicita a essa Assessoria Jurídica, mediante a proposta recebida, parecer sobre a necessidade e viabilidade da contratação de profissional experiente e capacitado para prestação de serviços especializados de contabilidade pública ao Poder Legislativo Municipal,

CONSIDERANDO QUE:

A) – A Empresa DENIR MARCELINO DE PAULA, pessoa jurídica devidamente registrada no CNPJ sob o nº 30.567.331/001-79 e CRC GO sob o nº 022678/O-0 T-MS, é um profissional de notória capacidade em assessoramento na área de contabilidade pública;

B) – possui competência, experiência na área de contabilidade pública;

C) – devido à natureza dos serviços os mesmos só podem ser executados por profissional habilitado, de notória capacidade e de plena confiança do administrador da coisa pública;

D) – serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional, aprofundou-se nos estudos e no exercício da profissão, na pesquisa científica ou através de cursos de pós-graduação/especialização;

E) – o Tribunal de Contas dos Municípios editou o Julgado nº 002/06, por meio do qual, prevê a possibilidade de contratação de assessoria e consultoria contábil, mediante inexigibilidade de licitação, fundada na inviabilidade de competição nos termos do *caput* do art. 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, observando o princípio da economicidade e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

F) – o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, exarado no seguinte julgado, que se aplica ao profissional da contabilidade pública:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS E ADVOCACIA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SEM PRÉVIO PROCESSO LICITATÓRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BLOQUEIO DE BENS E RECURSOS DOS AGRAVANTES. AUSÊNCIA DE UM DOS AGRAVANTES. AUSÊNCIA DE UM DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A ADOÇÃO 'IN INITIO LITIS' DESSA ENERGIA MEDIDA. RECURSO SECUNDUM EVENTUS LITIS. DECISÃO MONOCRÁTICA REFORMADA. [...] - IV - **É que a contratação de serviços pela Administração Pública nem sempre comporta o procedimento licitatório, ou seja, existem situações práticas e corriqueiras em que a licitação é dispensada ou mesmo inexigível.** V - Inexistindo, pois, padrões objetivos para se qualificar ou desqualificar a comprovada especialização dos agravantes para o efetivo exercício da assessoria jurídica então contratada, viabilizando, assim, uma eventual competição no caso, a legitimidade da não exigência de licitação deve repousar no critério subjetivo da autoridade administrativa contratante e na presunção de confiabilidade que merece impregnar os seus atos.” (Processo n. 200703359791, 4ª Câmara Cível, TJGO).



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

G – o princípio da economicidade, a inviabilidade de competição em virtude da larga experiência e qualidade do serviço e a necessidade administrativa, com fundamento no Julgado nº 002/06 do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios e no julgado do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

H) – a proposta apresentada pela Empresa Denir Marcelino de Paula corresponde ao preço médio de mercado levando em consideração o seu nível de experiência e tempo de atuação na área pública, o que torna inviável a competição;

I) – que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, através do JULGADO Nº 02/2006, tem se posicionado assim: “Possibilidade de contratação de assessoria e consultoria contábil, mediante inexigibilidade de licitação, fundada na inviabilidade de competição de que trata o caput do artigo. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo, entretanto, estar o feito instruído de conformidade com os artigos 26 e 38 da mesma lei, principalmente no que alude à razão da escolha do profissional ou empresa e a justificativa do preço”.

J) – o aumento do valor acordado está embasado no aumento do objeto de prestação de serviço do profissional, justificando assim sua contratação;

ASSIM, essa Assessoria Jurídica, com fundamento no acima exposto, e especialmente no princípio da economicidade, observado o Julgado nº 002/06 do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios, o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e, em virtude de profissional proponente ser profissional com notória capacitação e especialização na área pública, entendo que a Câmara Municipal de Aporé, Estado de Goiás pode contratar a Empresa Denir Marcelino de Paula, mediante a declaração da inexigibilidade de licitação, por ser inviável a competição.

Este é o parecer!

Aporé/GO, 03 de janeiro de 2022.

Silvana Fernandes da Silva
Procuradora Jurídica
OAB/GO 48.564



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

DECISÃO

Assunto: Solicita autorização para contratação de Prestação de Serviços em Contabilidade Pública para a prestação de serviços técnicos especializados consistentes na elaboração e confecção de balancetes mensais de gestão do exercício financeiro de 2022, de acordo com a Lei nº 4.320/64 e Instruções Normativas emanadas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Lei Complementar nº 101/00 e demais legislação aplicável à espécie, e atender às diligências e interposição de eventuais recursos diante das decisões do Tribunal de Contas dos Municípios referente ao exercício 2022.

Acato, na íntegra, o Parecer da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Aporé no sentido de se efetivar a contratação da pessoa jurídica DENIR MARCELINO DE PAULA qualificado e identificado na proposta apresentada, para a prestação dos serviços de contabilidade especializados elencados na mesma.

Assim, determino a contratação do acima citado profissional para prestação de serviços até o dia 31 de dezembro de 2022, por meio de inexigibilidade do processo licitatório, elaborando-se, com urgência, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, bem como, elaboração e assinatura do respectivo contrato de prestação de serviços, providenciando-se as devidas publicações.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Aporé/GO, em 03 de Janeiro de 2022.

DEMILSO ALVES DE SOUZA
Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022, DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

“Declara inexigível de licitação a contratação de Serviços Contábeis Especializados com a pessoa jurídica Denir Marcelino de Paula”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE APORÉ, Estado de Goiás, no uso da competência que lhe é outorgada por Lei e, especialmente com base no *caput* do art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, tendo em vista a necessidade da contratação de profissional experiente e capacitado para prestação de serviços de Assessoria Contábil Especializada ao Poder Legislativo Municipal,

CONSIDERANDO QUE:

A) – A Empresa DENIR MARCELINO DE PAULA, pessoa jurídica devidamente registrada no CNPJ sob o nº 30.567.331/0001-79 e CRC GO sob o nº 022678/O-0 T-MS, é um profissional de notória capacidade em assessoramento na área de contabilidade pública;

B) – possui competência, experiência na área de contabilidade pública;

C) – devido à natureza dos serviços os mesmos só podem ser executados por profissional habilitado, de notória capacidade e de plena confiança do administrador da coisa pública;

D) – serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional, aprofundou-se nos estudos e no exercício da profissão, na pesquisa científica ou através de cursos de pós-graduação/especialização;

E) – o Tribunal de Contas dos Municípios editou o Julgado nº 002/06, por meio do qual, prevê a possibilidade de contratação de assessoria e consultoria contábil, mediante inexigibilidade de licitação, fundada na inviabilidade de competição nos termos do *caput* do art. 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, observando o princípio da economicidade e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

F) – o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, exarado no seguinte julgado, que se aplica ao profissional da contabilidade pública:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS E ADVOCACIA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SEM PRÉVIO PROCESSO LICITATORIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BLOQUEIO DE BENS E RECURSOS DOS AGRAVANTES. AUSÊNCIA DE UM DOS AGRAVANTES. AUSÊNCIA DE UM DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A ADOÇÃO 'IN INITIO LITIS' DESSA ENERGIA



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br
aporecamara@gmail.com

MEDIDA. RECURSO SECUNDUM EVENTUS LITIS. DECISAO MONOCRATICA REFORMADA. [...] - IV - **É que a contratação de serviços pela Administração Pública nem sempre comporta o procedimento licitatório, ou seja, existem situações práticas e corriqueiras em que a licitação é dispensada ou mesmo inexigível.** V - Inexistindo, pois, padrões objetivos para se qualificar ou desqualificar a comprovada especialização dos agravantes para o efetivo exercício da assessoria jurídica então contratada, viabilizando, assim, uma eventual competição no caso, a legitimidade da não exigência de licitação deve repousar no critério subjetivo da autoridade administrativa contratante e na presunção de confiabilidade que merece impregnar os seus atos." (Processo n. 200703359791, 4ª Câmara Cível, TJGO).

G – o princípio da economicidade, a inviabilidade de competição em virtude da larga experiência e qualidade do serviço e a necessidade administrativa, com fundamento no Julgado nº 002/06 do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios e no julgado do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

H) – a proposta apresentada pelo contabilista Denir Marcelino de Paula corresponde ao preço médio de mercado levando em consideração o seu nível de experiência e tempo de atuação na área pública, o que torna inviável a competição;

I) – que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, através do JULGADO Nº 02/2006, tem se posicionado assim: "Possibilidade de contratação de assessoria e consultoria contábil, mediante inexigibilidade de licitação, fundada na inviabilidade de competição de que trata o caput do artigo. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo, entretanto, estar o feito instruído de conformidade com os artigos 26 e 38 da mesma lei, principalmente no que alude à razão da escolha do profissional ou empresa e a justificativa do preço".

J) – o aumento do valor acordado está embasado no aumento do objeto de prestação de serviço do profissional, justificando assim sua contratação;

K) – que a Câmara Municipal não dispõe de recursos humanos em seus quadros para atender à esta necessidade;

Notadamente, o rol de considerados acima permitem-nos inferir que não só a habilitação legal, mas também o conhecimento técnico para o desempenho do serviço e o grau de confiabilidade são fatores insuscetíveis de submissão a julgamento objetivo, e, por isso mesmo, **inviabilizadores de qualquer competição**. Portanto, inexistindo a possibilidade de confrontação da proposta, a realização do certame constituir-se-ia em uma farsa, não atendendo, sua realização, ao próprio instituto da licitação. Como afirma Celso Antônio de Melo, **"só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais"**.

DECLARA:

1 – É inexigível de licitação a contratação dos Serviços Contábeis Especializados para Assessoramento à Câmara Municipal de Aporé, Estado de Goiás com a pessoa jurídica



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

Denir Marcelino de Paula devidamente registrado no CNPJ sob o nº 30.567.331/0001-79 e no CRC GO 022678/O-0 T-MS, residente e domiciliado na Rua P20, s/n, QD 28, LT 18, no bairro Planalto, na cidade de Chapadão do Sul/MS, CEP 79560-000, até o dia 31 de dezembro de 2021, nos termos do *caput* do art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

2 – Este Termo de Inexigibilidade entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Aporé/GO, em 03 de janeiro de 2022.

DEMILSO ALVES DE SOUZA
Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS ESPECIALIZADOS Nº 001/2022.

“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONTABILIDADE PÚBLICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE APORÉ E DENIR MARCELINO DE PAULA.”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE APORÉ**, ESTADO DE GOIÁS, com sede na Rua Maria Nogueira Salles, Qd. 3, Lt.12, Bairro Nossa Senhora dos Passos – CEP 75.825-000, inscrita no CNPJ Nº 24.858.391/0001-48, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente **DEMILSO ALVES DE SOUZA**, brasileiro, pecuarista, união estável, natural de Aporé - GO, nascido em 11/07/1975, inscrito no CPF sob o nº 776.943.331-20 e portador do RG nº 2428795 – SSP/GO, com endereço eletrônico fernandademilso@hotmail.com, residente e domiciliado à Rua Jason Justino de Moraes, QD 24, LT 91, nº 405, Centro, Aporé – GO, e de outro lado, a Empresa **DENIR MARCELINO DE PAULA**, inscrito no CNPJ nº 30.567.331/001-79, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CRC GO 022678/O-0 T-MS, residente e domiciliado na Rua P20, s/n, QD 28, LT 18, no Bairro Planalto, na cidade de Chapadão do Sul/MS, CEP 79560-000, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si justo e avençado e celebram o presente contrato para execução dos serviços relacionados no objeto, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato é regido pela Lei federal nº 8666/93 e suas alterações posteriores, doutrina, JULGADO Nº02/2006, do TCM, e Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021, de 03 de janeiro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui o presente objeto a prestação de serviços técnico-especializados em Contabilidade Pública, na elaboração e confecção de balancetes mensais de gestão do exercício financeiro de 2022, auxílio na alimentação dos sistemas CENTI e E-



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

SOCIAL, perante o setor de Recursos Humanos de acordo com a Lei nº 4.320/64 e Instruções Normativas emanadas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Lei Complementar nº101/00 e demais legislação aplicável à espécie, e atender às diligências e interposição de eventuais recursos diante das decisões do Tribunal de Contas dos Municípios referente ao exercício 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, consoante o art. 10, inciso II, alínea “c”, da Lei 8.666/93 e conforme proposta do Contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações das partes as expressamente previstas neste contrato, além de outras decorrentes deste ajuste.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATANTE compromete-se:

- a) Fornecer todas as informações necessárias à execução dos serviços;
- b) Acompanhar a execução dos serviços para esclarecimentos de dúvidas, troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto deste contrato;
- c) Pagar os valores no prazo estabelecido no presente contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O CONTRATADO compromete-se a:

- a) Observar a legislação e as normas aplicáveis na execução dos serviços;
- b) Elaborar todos atos enumerados na cláusula segunda do objeto contratual e outros que deles decorrerem;
- c) Elaborar e confeccionar os balancetes mensais de gestão, de acordo com a legislação e as normas editadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, no prazo constitucional estabelecido pela Constituição do Estado de Goiás e instruções normativas e resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios.
- d) Acompanhar e responder as diligências junto ao TCM-GO, referente ao ano de 2022 até aprovação do balancete da referida gestão, e interpor eventuais recursos afetos à sua área de atuação.



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

O CONTRATADO compromete-se a realizar todas as atividades descritas neste contrato e na proposta para realização do objeto definido na Cláusula Segunda pelo valor total de R\$93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais).

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O pagamento será realizado pela CONTRATANTE, em doze (12) parcelas iguais e consecutivas de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) mensais, mediante ordem bancária creditada em conta corrente e/ou mediante contra recibo do CONTRATADO, a serem pagas até o dia 30 de cada mês.

CLÁUSULA SEXTA- DA PRORROGAÇÃO

O contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos da Lei de regência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, em casos previstos no artigo 65 da Lei 8666/93, mediante termo aditivo, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução dos serviços ora contratados será suportada pela seguinte dotação orçamentária do orçamento programa: 3.1.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratação de Terceiros, mediante a emissão de nota de empenho.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução dos serviços e em sua entrega caberá a CONTRATANTE fiscalizar o cumprimento da execução do objeto, conforme especificações exigidas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A fiscalização exercida pela CONTRATANTE estará a cargo de responsável, a ser designado, para acompanhamento dos serviços objeto deste contrato.



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E MULTA

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8666/93 e no contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - No caso de rescisão contratual será este formalmente motivado, assegurado o direito à prévia e ampla defesa caso não seja de consenso, devendo ser notificado com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Fica estabelecida multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, para a parte que descumprir com as condições aqui avençadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Placard da Câmara Municipal de Aporé, em cumprimento a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itajá/GO, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em três vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais depois de lidas, serão assinadas pelos contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Aporé/GO, 03 de janeiro de 2022.

DEMILSO ALVES DE SOUZA
Presidente da Câmara / CONTRATANTE

DENIR MARCELINO DE PAULA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

CPF:

CPF:

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Declaramos para fins do disposto no art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº101/00, que a despesa com a contratação de prestação de serviços técnico-especializados em contabilidade pública, tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentária, na dotação própria da Câmara Municipal de Aporé.

Aporé/GO, 03 de janeiro de 2022.

DENIR MARCELINO DE PAULA
CONTADOR



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE SALDO ORÇAMENTÁRIO SUFICIENTE E RESERVA ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

REFERÊNCIA: Contratação de Prestação de Serviços Técnico-Especializados em Contabilidade Pública

VALOR TOTAL: R\$93.600,00 (noventa e três mil reais e seiscentos reais)

Para alocação orçamentária das despesas acima descrita, declaramos que há disponibilidade de saldo orçamentário suficiente na seguinte dotação:

Aporé, 03 de janeiro de 2022.

**DENIR MARCELINO DE PAULA
CONTADOR**



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

EXTRATO DE CONTRATO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE APORÉ**, ESTADO DE GOIÁS, com sede na Rua Maria Nogueira Salles, Qd. 3, Lt.12, Bairro Nossa Senhora dos Passos – CEP 75.825-000, inscrita no CNPJ Nº 24.858.391/0001-48, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente **DEMILSO ALVES DE SOUZA**, brasileiro, pecuarista, união estável, natural de Aporé - GO, nascido em 11/07/1975, inscrito no CPF sob o nº 776.943.331-20 e portador do RG nº 2428795 – SSP/GO, com endereço eletrônico fernandademilso@hotmail.com, residente e domiciliado à Rua Jason Justino de Moraes, QD 24, LT 91, nº 405, Centro, Aporé – GO, e de outro lado, a Empresa **DENIR MARCELINO DE PAULA**, inscrito no CNPJ nº 30.567.331/001-79, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CRC GO 022678/O-0 T-MS, residente e domiciliado na Rua P20, s/n, QD 28, LT 18, no Bairro Planalto, na cidade de Chapadão do Sul/MS, CEP 79560-000, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si justo e avençado e celebram o presente contrato para execução dos serviços relacionados no objeto, mediante as cláusulas e condições que seguem:

DO OBJETO

Constitui objeto a prestação de serviços técnico-especializados em Contabilidade Pública, na elaboração e confecção de balancetes mensais de gestão do exercício financeiro de 2022, de acordo com a Lei nº 4.320/64 e Instruções Normativas emanadas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Lei Complementar nº101/00 e demais legislação aplicável à espécie, e atender às diligências e interposição de eventuais recursos diante das decisões do Tribunal de Contas dos Municípios referente ao exercício 2022.

DO VALOR E DO PAGAMENTO

O CONTRATADO compromete-se a realizar todas as atividades descritas neste contrato e na proposta para realização do objeto definido na Cláusula Segunda pelo valor total de R\$93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais).

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O pagamento será realizado pela CONTRATANTE, em doze (12) parcelas iguais e consecutivas de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) mensais, mediante ordem bancária creditada em conta corrente e/ou mediante contra recibo do CONTRATADO, a serem pagas até o dia 30 de cada mês.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

A despesa com a execução dos serviços ora contratados será suportada pela seguinte dotação orçamentária do orçamento programa: 3.1.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratação de Terceiros, mediante a emissão de nota de empenho.

DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.



Câmara Municipal de Aporé.

Fone/Fax: (064) 3644 1326 CNPJ: 24.858.391/0001-48

www.apore.legislativo.go.gov.br

aporecamara@gmail.com

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o **Contrato nº 001 de 2022, oriundo do Termo de Inexigibilidade nº 001/2022**, foi publicado no “Placard” da Câmara Municipal de Aporé, no dia 03 de janeiro de 2022.

Aporé - GO, 03 de janeiro de 2022.

MARIA JOSÉ NEVES DE OLIVEIRA
Secretária Geral